



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 068

TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1978

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 90^a SESSÃO, EM 12 DE JUNHO DE 1978

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Avisos do Sr. Ministro de Estado dos Transportes

— Nós 11 e 12/78, encaminhando informações daquele Ministério a respeito dos Projetos de Lei da Câmara nºs 121/77 e 15/78.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 153/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, no Palácio das Princesas, após haver inaugurado as Barragens de Carpina e Gaitá.

— Nº 154/78, de autoria dos Srs. Senadores Lourival Baptista e Henrique de La Rocque, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Sr. Ministro da Marinha, lida ontem em todas as unidades navais, pela passagem do 113º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

— Nº 155/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da análise das realizações do Governo Geisel, no Ministério da Indústria e do Comércio, feita pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá, publicada no *Jornal do Brasil*.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 47º aniversário de criação do Correio Aéreo Nacional.

SENADOR JOSE SARNEY — Pronunciamento do Sr. Hélio Beltrão, em agradecimento ao título de "Homem do Ano", concedido pela Câmara de Comércio Brasil—Estados Unidos.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 56/76 (nº 52-B/75, na Casa de origem), que altera o parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 102/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra Gualter Maria Menezes de Magalhães, alusiva ao Dia da Vitória. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 111/78, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 111/76, do Sr. Senador Leite Chaves e 256/77, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que alteram a redação do artigo 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 40/72, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 136/76, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 234/76, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que assegura direitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 240/77, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, que altera dispositivos do Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969) e do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 128/77, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera disposições legais relativas à proteção do trabalho do menor. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 144/77, de autoria do Sr. Senador Benjamin Farah, que autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionalismo civil e militar da União. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade). **Apreciação sobreposta** por falta de *quorum*.

quorum para votação do Requerimento nº 150/78, de adiamento de sua votação para a sessão do dia 28 de junho de 1978.

— Projeto de Lei do Senado nº 232/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a aposentadoria especial para o Bombeiro Hidráulico e para o Eletricista do Grupo de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 38/78-Complementar, do Sr. Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Discussão sobrerestada por falta de quorum** para votação do Requerimento nº 147/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 29 de junho próximo vindouro.

— Projeto de Lei do Senado nº 97/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências. **Discussão sobrerestada por falta de quorum** para votação do Requerimento nº 131/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 21 de junho próximo.

— Projeto de Lei do Senado nº 115/77, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor. **Discussão sobrerestada por falta de quorum** para votação do Requerimento nº 132/78, de adiamento de sua discussão para a sessão do dia 21 de junho próximo.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Reorientação do modelo brasileiro de crescimento econômico e, de modo especial, da parte referente à política de incentivos à exportação.

SENADOR JOSE SARNEY, como Líder — Considerações sobre o discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

SENADOR OTAIR BECKER — Realização, em Florianópolis—SC, de 19 a 26 de outubro próximo, do I Simpósio Internacional sobre Apicultura em Clima Quente.

SENADOR HELVÍDIO NUNES — 40º aniversário de autonomia política do Município de Fronteiras—PI.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Leite Chaves, proferido na sessão de 9-6-78.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 90ª SESSÃO, EM 12 DE JUNHO DE 1978

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Jósé Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Murilo Paraiso — Augusto Franco — Lourival Baptista — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Vasconcelos Torres — Orestes Quêrcia — Italívio Coelho — Mendes Canale — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS

Do Senhor Ministro de Estado dos Transportes

Nºs 11 e 12/78, de 6 do corrente, encaminhando informações daquele Ministério a respeito dos Projetos de Lei da Câmara nºs 121, de 1977, que altera disposições da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação, e dá outras

providências”; e 15, de 1978, que altera o Plano Nacional de Viação, incluindo trecho rodoviário na BR-497, e dá outras providências.

(À Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO N° 153, DE 1978

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233, do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, no dia 29 de maio, no Recife, no Palácio das Princesas, após haver inaugurado, pela manhã, as Barragens de Carpina e Gaitá.

Sala das Sessões, 12 de junho de 1978. — Lourival Baptista.

REQUERIMENTO N° 154, DE 1978

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 233, do Regimento Interno, requeiro a transcrição nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia, do Senhor Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Geraldo Azevedo Henning, lida ontem em todas as unidades navais, pela passagem do 113º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

Sala das Sessões, 12 de junho de 1978. — Lourival Baptista — Henrique de La Rocque.

REQUERIMENTO Nº 155, DE 1978

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233, do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da análise das realizações do Governo Geisel, no Ministério da Indústria e do Comércio, feita pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá, publicada no *Jornal do Brasil*, de 25 de maio de 1978.

Sala das Sessões, 12 de junho de 1978. — **Lourival Baptista.**

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos lidos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Paulo Brossard. (Pausa.)

S. Ex^ª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.)

S. Ex^ª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como se tornou tradicional, foi festivamente comemorado hoje, na Base Aérea do Galeão, o quadragésimo-sétimo aniversário da criação do Correio Aéreo Nacional. Trata-se de um acontecimento da maior importância, sobre o qual tenho falado todos os anos, no intento de contribuir, modestamente, para a exaltação dos heróicos e visionários criadores do CAN, destacando-se a legендária figura do Brigadeiro Eduardo Gomes, cujo exemplo de patriotismo, civismo e heroísmo bão de servir, sempre, de orientação para a nossa juventude.

No dia 12 de junho de 1931, os tenentes Casemiro Montenegro e Nelson Wanderley realizaram a primeira entrega de correspondência, numa viagem do Rio de Janeiro a São Paulo. A jornada durou cinco horas e vinte minutos, prejudicada pelos ventos e o alto vôo forçado pelas montanhas do litoral, que limitaram a velocidade do avião a apenas 80 quilômetros horários.

O percurso feito pelo primeiro vôo do CAN ficou conhecido como "rota do Vale do Paraíba", oficial para o trajeto Rio—São Paulo até a utilização, anos depois, de aviões bimotores.

Em outubro do mesmo ano, era inaugurada a "linha de Goiás", Estado onde nem a ferrovia ainda chegara.

Após um hiato em suas atividades, causado pela Revolução de 1932, o CAN retomou seu trabalho, abrindo linhas para o rio São Francisco, de extensão de 2.500 quilômetros e mais a do Paraná, Mato Grosso.

Com cinco anos de atividades, o Correio Aéreo Nacional já alcançava a região da Amazônia; sua primeira linha internacional chegava ao Paraguai. Essa viagem foi realizada no dia 23 de janeiro de 1936, comandada pelos tenentes Hortêncio Pereira de Brito e Ricardo Nicoll.

A última linha aberta pelo CAN antes de se unir ao Correio Aéreo Naval para a criação do Correio Aéreo Nacional, foi a Linha do Tocantins, que iniciou suas atividades regularmente no dia 31 de janeiro de 1939.

Com a criação, em 1941, do Ministério da Aeronáutica, surgiu o Correio Aéreo Nacional, resultante, como vimos, da fusão do Correio Aéreo Militar e do Correio Aéreo Naval, este último equipado com aviões munidos de flutuantes. O primeiro diretor de Rotas Aéreas foi o Brigadeiro Eduardo Gomes, cujo Departamento ficou afeto à Divisão DR-4 da Diretoria das Rotas Aéreas.

As operações do CAN, embora dificultadas pelo racionamento de gasolina e interrupção do serviço regular de cabotagem das linhas de navegação marítima, não cessaram durante a II Guerra Mundial. Mas foi após o término do conflito que os serviços do CAN tiveram impulso, com a adoção de aviões Douglas C-47, bimotores de grande autonomia de vôo e capacidade de carga.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Com muito prazer, nobre Senador Adalberto Sena.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Senador Lourival Baptista, é para declarar que não posso deixar de exprimir, neste momento, o meu reconhecimento pelo que o Correio Aéreo Nacional fez e está fazendo, sobretudo pelo meu Estado — o Acre.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Sou muito grato a V. Ex^ª, eminente Senador Adalberto Sena, pelo depoimento que dá a respeito do serviço que o CAN presta ao seu Estado e à bacia Amazônica.

A partir de 1943, até 1960, foram inauguradas as linhas internacionais para Caiena (então Guiana Francesa), Bolívia, Peru, Uruguai, Equador, Estados Unidos, Chile e Argentina.

Para absorver a complexidade dos serviços desenvolvidos pelo crescente CAN, foi criado, em 5 de junho de 1951, o Comando de Transporte Aéreo — COMTA. Para esse órgão foram transferidas a 4^a Divisão de Diretoria de Rotas Aéreas e a Base Aérea do Galeão, até hoje centro das operações do CAN.

A carga principal do Correio Aéreo Nacional ainda é correspondência, para os lugares não alcançados pelos outros sistemas de comunicação. Mas leva também encomendas e remédios para as regiões carentes.

Em São Paulo, onde a atuação do CAN é dispensável em grande parte, devido ao grande sistema rodoviário existente, está sediado o 4^º Esquadrão de Transporte Aéreo — ETA, cuja sede é na Base Aérea de São Paulo, em Cumbica, e que tem como finalidades principais apoiar as unidades do II Exército, instaladas nas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, e auxiliar o RADAM — Radar da Amazônia.

O RADAM é um órgão do Ministério das Minas e Energia destinado à pesquisa do solo. Para os trabalhos desenvolvidos neste setor, o CAN fornece os helicópteros da Base Aérea de São Paulo, em Cumbica, além de material e pessoal para as explorações.

Sr. Presidente:

Na solenidade realizada hoje pela manhã, na base Aérea do Galeão, na "Ordem do Dia" alusiva ao 47º aniversário do CAN, ressalta o Comandante-Geral do Ar, Tenente-Brigadeiro Leonardo Collares, o seguinte:

"Lembremo-nos de que temos o sagrado dever de passar para as próximas gerações tudo de bom que recebemos das gerações passadas". E acentua que o cultivo das tradições "representa o reconhecimento ao pioneirismo daqueles que se sublimaram na imortalidade entre os homens", ao referir-se ao "ingênuo vôo do K-263", que preparou, lenta e gradativamente, o caminho para a formação da poderosa aviação de transporte dos nossos dias".

Como nos anos anteriores, solidarizamo-nos com as comemorações da fundação do Correio Aéreo Nacional, uma das mais belas páginas de nossa História, acontecimento épico de relevância para a interiorização brasileira.

Felicitamos pelo evento o Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo e exaltemos todos os que participaram desse acontecimento histórico, na pessoa do Brigadeiro Eduardo Gomes, merecidamente Patrono da FAB. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pedi a palavra para fazer um breve registro nos Anais desta Casa. Há alguns dias, compareci à reunião anual da Câmara de Comércio Brasil—Estados Unidos, reunião esta que se destinava à entrega do Título do Homem do Ano a duas eminentes personalidades: Pelo lado dos Estados Unidos, ao grande empresário americano Sr. David Rockeller; e pelo lado brasileiro, ao ex-Ministro Hélio Beltrão,

atual Presidente do Grupo Ultra, figura que, sem dúvida, ocupa lugar de destaque na vida brasileira.

Minhas palavras são sobretudo para destacar a importância e a oportunidade desse pronunciamento feito pelo ex-Ministro Hélio Beltrão. S. Ex^a, então, levantou a tese de que o Brasil, neste instante, não mais desejava que fosse considerado uma potência emergente, mas um parceiro emergente. O Brasil deseja ser tratado dentro dessa óptica e como parceiro, tendo as responsabilidades que o seu peso específico exige. Não podemos, contudo, receber a carga de nação totalmente desenvolvida.

A tese do ex-Ministro Beltrão, baseia-se principalmente no fato de que os Estados Unidos, no momento em que falam em Direitos Humanos, no momento em que falam em desenvolvimento das nações mais pobres, paradoxalmente criam barreiras alfandegárias, limitações ao comércio internacional, limitações essas que constituem verdadeiro entrave ao desenvolvimento nas nações que desejam aproveitar as aberturas do comércio internacional como bases do seu próprio desenvolvimento.

E assim o fazendo, Sr. Presidente, eles exercem uma política discriminatória que, em última etapa, recai sobre as populações trabalhadoras dos países em desenvolvimento. Uma vez que sejam barradas as oportunidades de exportação, evidentemente, essa medida tem reflexo no mercado de trabalho dos países mais pobres.

No discurso do Ministro Hélio Beltrão, desejo destacar alguns tópicos para o Senado.

Em primeiro lugar, quando ele fala que os Estados Unidos devem atentar para o fato de que, durante muitos anos, eles foram o maior parceiro comercial do Brasil, o nosso maior investidor e a nossa maior fonte de tecnologia e estão perdendo gradativamente essa posição. Nos últimos 10 anos, a participação das compras norte-americanas no total de nossas exportações caiu de 33,1% para 17,1%. Quanto à participação dos Estados Unidos nos investimentos diretos de origem externa, reduziu do nível de 50% para 30%.

A partir de 1969, o Brasil passou a crescer a taxas da ordem de 10% ao ano. De 1968 para 1977, o nosso PIB saltou de 70 bilhões de dólares para 160 bilhões de dólares. A renda *per capita* dos brasileiros praticamente duplicou. O investimento fixo cresceu de 15 bilhões para 37 bilhões em 1977, e as nossas exportações cresceram em mais de 600%, de 1,8 bilhões em 1968 passou para 12 bilhões de dólares em 1977.

Mais importante, porém, foi o crescimento econômico, que tem sido a transformação qualitativa que se vem operando na própria sociedade brasileira. Também devemos destacar que, nesse esforço tremendo de desenvolvimento, o Brasil vem investindo cerca de 20 bilhões de dólares no seu programa social. A execução dessa política tem sido possível, compatibilizando o esforço nacional com a desejada cooperação da tecnologia e do capital estrangeiro.

Ressalta o Ministro Hélio Beltrão:

“Em decorrência de seu rápido crescimento econômico, da dimensão de seu mercado e do volume de seu comércio internacional, muitas pessoas vêm se referindo ultimamente ao Brasil como a nova *potência mundial emergente ou emerging power*.

A expresso tem, a nosso ver, conotações inconvenientes.

Por sua índole e vocação histórica, o Brasil é um País que não alimenta aspirações de poder. Não é este o sentido de seu esforço. Trata-se, antes de uma Nação dramaticamente empenhada em derrotar o atraso, a miséria e a doença, assegurando a seu povo um padrão de vida compatível com a condição e a dignidade humanas.

É certo que já houve um grande avanço nessa direção. Mas ainda é longo o caminho a percorrer até que sejam satisfatoriamente atendidas as necessidades de 113 milhões de brasileiros. Nossa renda *per capita* só agora se aproxima do nível de US\$ 1.500, o que significa que a renda média do brasileiro é ainda cerca de 1/6 da do norte-americano, sueco ou alemão ocidental, 1/5 da do francês, 1/4 da japonês.

Por mais lisonjeiro que seja o título de *emerging power*, preferimos ser encarados pela comunidade dos desenvolvimentos como um *emerging power*, isto é, um *novo parceiro*, que está conseguindo, pelo seu esforço, liberar-se da condição periférica de País *dependente* para integrar-se no círculo dos *paises independentes*.”

Realmente, tratar de forma igual os economicamente desiguais não é servir ao princípio da igualdade; é agravar a desigualdade preexistente. Em matéria de *liberação do comércio internacional*, não é justo invocar o princípio da igualdade entre as nações. Pelo contrário, o que é preciso é afirmar a existência das desigualdades, de modo que a contribuição de cada país para essa liberalização possa ser proporcional ao respectivo estágio de desenvolvimento.

Em coerência com tudo que têm defendido no passado e continuam sustentar no presente, e por força de sua liderança natural, cabe indiscutivelmente aos Estados Unidos da América a missão histórica de conduzir o mundo desenvolvido a restabelecer, nas relações com os países mais pobres, os mesmos princípios que regem as relações entre os homens.”

Sr. Presidente, peço que faça parte deste breve pronunciamento a íntegra das palavras proferidas pelo Ministro Hélio Beltrão, na Câmara de Comércio Brasil—Estados Unidos, porque elas refletem, sem dúvida alguma, o sentimento de todos nós, o sentimento de amizade para com os Estados Unidos, o sentimento de uma solidariedade que se vem arrastando ao longo dos anos e que as dificuldades só têm contribuído para que essa amizade, essa solidariedade se solidifiquem ainda mais. No entanto, neste momento e neste estágio do nosso desenvolvimento, temos de dizer ao grande país do norte que não mais desejamos ser considerados como uma Nação que pede ajuda, como também não desejamos ser considerados como uma potência emergente que deve, de imediato, assumir responsabilidades maiores no mundo, porquanto essas responsabilidades maiores cabem às nações líderes. Devemos exigir que sejamos parceiros — parceiros, sim — mas de forma desigual, isto é, não podemos cobrar de nós participação numa responsabilidade maior no mundo, responsabilidade essa que ainda não podemos suportar. Não podemos, absolutamente, admitir que, neste estágio do desenvolvimento brasileiro, quando desejamos abrir o mercado internacional, logo dos Estados Unidos, partam as medidas protecionistas que se destinam justamente a barrar a nossa posição que devemos ter nesse mesmo comércio internacional.

Assim, as palavras do Ministro Hélio Beltrão, proferidas nos Estados Unidos, têm, sobretudo, o critério da sinceridade e expressam o sentimento do Brasil e do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU DISCURSO:

Minhas Senhoras e meus Senhores

Não tenho palavras adequadas para agradecer a imerecida distinção que me conferem os eminentes dirigentes desta Câmara e os ilustres componentes de seu *Award Committee* ao incluir meu nome na lista de proeminentes personalidades que têm sido alvo desta deferência.

É provável que a escolha se deva à minha participação ativa na fundação desta Câmara ou à minha atuação como empresário ou como homem de Governo.

Quero, entretanto, acreditar que, com este gesto, está a Câmara, igualmente, homenageando a sinceridade de minha posição no tocante às relações entre os nossos dois países. Não vejo como possa subsistir um relacionamento internacional saudável sem o respeito ao interesse nacional de cada país. A verdadeira cooperação entre os povos, como a verdadeira amizade, nasce da confiança recíproca e é incompatível com a subordinação e a dependência. Não basta, portanto, recordar e celebrar a amizade já histórica que existe entre nós. É preciso que nos preocupamos em solidificá-la, através de

medidas objetivas de cooperação que, buscando a coincidência de interesses, ajudem os dois países a realizar seus objetivos materiais e espirituais.

Aos empresários norte-americanos que nos honram com sua presença nesta noite, em sua maioria engajados em operações no Brasil, desejo, como brasileiro e como antigo homem público, render meu tributo pela inestimável solidariedade e colaboração que vêm dando ao desenvolvimento brasileiro. Quero ressaltar de forma especial a importante contribuição que, neste momento, as empresas norte-americanas vêm dando ao nosso esforço de exportação.

A expressiva delegação de homens de empresa do Brasil aqui presente inclui alguns dos principais responsáveis pelo outrora chamado *milagre brasileiro*, denominação um tanto injusta para designar o resultado do trabalho incessante, penoso e obstinado de homens que, de tanto lutar, acabaram por considerar como normais as ásperas dificuldades que se atravessam no caminho do empresário brasileiro: a insuficiência de capital próprio, a inflação, as restrições de crédito, o controle de preços, o alto custo do dinheiro. A esses queridos amigos que vieram de longe trazer o seu abraço, o meu agradecimento, a minha simpatia e a minha solidariedade.

Agradeço sensibilizado o honroso comparecimento do Ministro do Planejamento do Brasil e Homem do Ano de 1975, João Paulo dos Reis Velloso, e de outras importantes autoridades do meu país: o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, o Embaixador junto à ONU, ilustres representantes do Congresso Nacional, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e representantes de Associações do Comércio e Indústria do Brasil. E é com especial satisfação que registro a presença, nesta sala, da maioria dos brasileiros até agora agraciados por esta Câmara com o título de Homem do Ano.

A tradição de conceder este *Award* às personalidades de maior projeção no panorama econômico norte-americano acaba de ser claramente reafirmada com a escolha, como meu companheiro nesta noite, do ilustre nome de David Rockefeller, figura internacionalmente conhecida, seja pela posição de *Chairman* de uma das mais importantes organizações financeiras do mundo, seja pela merecida liderança de que desfruta na comunidade econômica, ou ainda por suas expressivas realizações pessoais no terreno das atividades cívicas, filantrópicas e culturais.

O nome de David Rockefeller faz-me naturalmente recordar a pessoa de seu eminente irmão e grande amigo do Brasil, o Governador Nelson Rockefeller, que recebeu este mesmo *Award* em 1971. E faz-me retroceder no tempo até o ano de 1969, quando a Missão Rockefeller visitou o Brasil.

Como Ministro do Planejamento coube-me, naquela oportunidade, o encargo e a satisfação de apresentar a Nelson Rockefeller o programa brasileiro de desenvolvimento e sugerir-lhe as possíveis oportunidades de cooperação entre os dois países. Acabo de reler o texto escrito dessa apresentação e confesso que fiquei surpreendido ao verificar sua absoluta atualidade.

Em nossa exposição, declarávamos que o acelerado desenvolvimento do Brasil não vinha se fazendo por acaso e sim em cumprimento a um programa deliberado. Ressalvávamos entretanto, que os expressivos resultados que vinham sendo obtidos no plano interno poderiam vir a ser sensivelmente comprometidos por decisões do exterior que, restringindo o acesso de nossos produtos aos mercados internacionais, pudessem implicar em indesejáveis limitações à nossa capacidade de importar. Sugerímos, por isto, à Missão Rockefeller que procurasse conter a tendência protecionista que já se acentuava nos Estados Unidos da América e que vinha dificultando o ingresso de nossos produtos de exportação.

Infelizmente, no tocante a esse problema, a situação, nestes dez anos, longe de melhorar, agravou-se consideravelmente a partir da expedição do TRADE ACT de 1974.

Tampouco se poderá considerar como favorável a evolução, nestes dez anos, dos indicadores globais de nosso relacionamento econômico.

Os Estados Unidos, que durante muitos anos têm sido o maior parceiro comercial do Brasil, o nosso maior investidor e a nossa principal fonte de tecnologia, estão perdendo gradativamente essas posições.

Nos últimos dez anos, a participação das compras norte-americanas no total de nossas exportações caiu de 33,1% para 17,7%. E, quanto à sua participação nos investimentos diretos de origem externa, reduziu-se do nível de 50% para o nível de 30%. É certo que os números absolutos cresceram nesse período, especialmente em decorrência do aumento explosivo das exportações brasileiras. Mas a verdade é que a posição histórica de maior parceiro comercial do Brasil está sendo perdida para a Europa e para o Japão, que não somente intensificaram as vendas de produtos, equipamentos e serviços como estão aumentando rapidamente seus investimentos em nosso País e, em consequência, ampliando sua participação e sua presença tecnológica em nosso mercado.

Da visita de Nelson Rockefeller até os dias de hoje, o Brasil passou por uma fase de intenso desenvolvimento, marcada por profundas transformações quantitativas e qualitativas.

A partir de 1969, o país passou a crescer a taxas da ordem de 10% ao ano. Entre 68 e 77 nosso PIB saltou de US\$ 70 para US\$ 160 bilhões; a renda *per capita* dos brasileiros praticamente duplicou; o Investimento Fixo cresceu de US\$ 15 bilhões em 1968 para US\$ 37 bilhões em 1977 e as exportações brasileiras cresceram mais de 600%, de US\$ 1,8 bilhão em 1968 para US\$ 12 bilhões em 1977, sendo que, nesses totais, a venda de produtos industrializados aumentou 1.200%, evoluindo de US\$ 400 milhões para quase US\$ 5 bilhões.

Mais importante, porém, que o crescimento econômico tem sido a transformação qualitativa que se vem operando na própria sociedade brasileira:

A expectativa de vida dos brasileiros subiu de 55 para 62 anos; a taxa de mortalidade baixou de 11,4 por mil para 8,7 por mil. O índice de alfabetização (maiores de 15 anos), evoluiu de 61% em 1960 para 84% em 77. Ampliaram-se e democratizaram-se extraordinariamente as oportunidades de educação em todos os níveis. A Universidade deixou de ser privilégio das classes de maior renda: há hoje um milhão e meio de estudantes matriculados nas Universidades contra menos de 100.000 há 15 anos. Cerca de 50% desses estudantes são filhos de pais analfabetos ou com apenas o curso primário. Aumentaram sensivelmente os níveis de participação do povo nos benefícios da civilização: 80% dos lares brasileiros dispõem de aparelhos de rádio, 43% de aparelhos de TV, 41% de refrigeradores. Estamos conseguindo assegurar emprego a mais de 1 milhão de brasileiros, anualmente, e construindo quase mil habitações por dia.

Não obstante os substanciais progressos alcançados no campo da saúde, educação, habitação, etc, ainda existem sérias desigualdades a corrigir no plano da renda regional e pessoal. Mas o esforço que o Brasil vem fazendo para corrigi-las pode ser medido pelos investimentos maciços que vem realizando na área social, em montante superior a US\$ 20 bilhões por ano. E os indicadores da evolução da renda geralmente divulgados não refletem adequadamente a realidade. Limitados a registrar a variação, em determinado período, da renda monetária por classes estáticas de rendimento, não levam em conta os benefícios indiretos decorrentes dos vultosos investimentos sociais nem a extraordinária mobilidade vertical da sociedade brasileira, que afeta profundamente as faixas de renda mais baixa.

Uma terceiro aspecto — e não menos importante — das transformações ocorridas no Brasil nos últimos anos foi a definição mais clara de certos objetivos de política econômica que interessam ao nosso relacionamento com o exterior:

1. A poupança interna do Brasil é capaz de financiar cerca de 90% de seu investimento total. O ingresso anual de investimentos diretos estrangeiros não chega a representar 3% do Investimento Fixo do país, que é superior a US\$ 35 bilhões. A parcela restante corres-

ponde a empréstimos em moeda e crédito de fornecedores estrangeiros.

2. O Brasil tem hoje uma consciência bastante nítida da necessidade de utilizar o seu mercado — hoje o 9º do mundo em dimensão — como instrumento de uma política destinada a reduzir a vulnerabilidade de sua economia e corrigir a excessiva dependência do exterior. Essa política tem como objetivos fundamentais o substancial aumento da produção interna de equipamentos e matérias-primas básicas, a aceleração do processo de absorção de tecnologia, o desenvolvimento da engenharia nacional e a criação e capitalização de fortes grupos empresariais brasileiros, capazes de assumir uma responsabilidade crescente na materialização daqueles objetivos e habilitados a conceber e implantar projetos de grande dimensões. O intenso processo de substituição de importações, em curso desde 1974, vem se revelando extremamente útil para viabilizar a curto prazo esses vários propósitos.

3. A execução dessa política é, entretanto, perfeitamente compatível com a desejada intensificação da cooperação da tecnologia do capital estrangeiros. A primeira é condição essencial do processo de transformação e o segundo vontribui para sua aceleração.

Com esse objetivo em mente, o Governo vem incentivando, nos setores onde se processa a substituição de importações, a constituição de *joint ventures* que, embora sob liderança brasileira, asseguram ampla oportunidade à incorporação da tecnologia e do capital estrangeiros. Na *joint venture*, como no casamento, o segredo do sucesso consiste em saber escolher o sócio certo. Não faltam hoje no Brasil empresas idôneas e capacitadas.

Com ou sem *joint ventures* são muito grandes as oportunidades abertas ao investimento estrangeiro. O Brasil prefere que seu crescimento se faça com base no aumento dos investimentos e não do individualismo. E o ingresso anual de investimentos diretos norte-americanos não chega a 1% do total do investimento fixo do Brasil.

Senhoras e senhores

Em decorrência de seu rápido crescimento econômico, da dimensão de seu mercado e do volume de seu comércio internacional, muitas pessoas vêm se referindo ultimamente ao Brasil como a nova *potência mundial emergente ou emerging power*.

A expressão tem, a nosso ver, conotações inconvenientes.

Por sua índole e vocação histórica, o Brasil é um país que não alimenta aspirações de poder. Não é este o sentido de seu esforço. Trata-se, antes, de uma nação dramaticamente empenhada em derrotar o atraso, a miséria e a doença, assegurando a seu povo um padrão de vida compatível com a condição e a dignidade humanas.

É certo que já houve um grande avanço nessa direção. Mas ainda é longo o caminho a percorrer até que sejam satisfatoriamente atendidas as necessidades de 113 milhões de brasileiros. Nossa renda *per capita* só agora se aproxima do nível de US\$ 1.500, o que significa que a renda média do brasileiro é ainda cerca de 1/6 da do norte-americano, sueco ou alemão ocidental, 1/5 da francês, 1/4 da do japonês.

Em face do que acabamos de expor, por mais lisonjeiro que seja o título de *emerging power*, preferimos ser encarados pela comunidade dos desenvolvidos como um *emerging partner*, isto é, um novo parceiro, que está conseguindo, pelo seu esforço, liberar-se da condição periférica de *país dependente* para integrar-se no círculo dos *países interdependentes*.

Sob esse aspecto, a ascensão do Brasil parece ter um irrecusável significado econômico, social e político. Sua emergência como importante protagonista no cenário internacional constitui sem dúvida um fato auspicioso, especialmente para a civilização ocidental, além de representar um modelo a ser eventualmente seguido por outros países em desenvolvimento.

Em um mundo convulsionado pelas divergências políticas, ideológicas e religiosas, sobressaltado pela generalização da violência, do terrorismo e da desordem, e apreensivo com o avanço do eurocomunismo, o Brasil emerge como nação pacífica, ordeira e progressista, isenta de preconceitos raciais ou religiosos, fiel ao mundo ocidental mas com diálogo fácil e aberto a todos os países do

mundo. E que, graças ao esforço conjugado de empresários e governo, vem praticando com absoluto êxito uma concepção objetiva de desenvolvimento assentada na economia de mercado, mas impregnada de um forte sentido humano de transformação social.

Os Estados Unidos inspiraram decisivamente os ideais de independência política do Brasil, nos fins do Século XIX, e foram o primeiro país a reconhecer o Brasil como nação livre. Tradicional amigo do Brasil, este país tem sido, através dos tempos, nosso mais importante parceiro no plano econômico.

Existe razoável consenso na comunidade internacional quanto ao fato de que a definitiva inclusão de nosso país no círculo dos países industrializados parece ser, hoje, apenas uma questão de tempo.

Nestas circunstâncias admitimos como perfeitamente natural que, na linha histórica de nossas relações, os Estados Unidos tomem a si o encargo de abreviar a ascensão deste *emerging partner*, procurando remover os últimos entraves que ele está encontrando em sua caminhada.

O preço dessa cooperação será praticamente nulo. O Brasil não reclama ajuda financeira nem subsídios, medidas emergenciais ou excepcionais. Deseja apenas que não lhe sejam fechadas as portas dos países industrializados, a fim de que possa vender aos consumidores desses países os produtos que é capaz de produzir em condições competitivas de qualidade e preço.

Lamentavelmente, uma onda montante de protecionismo varre os países industrializados.

Na Europa, os mecanismos de proteção tornam-se cada vez mais eficazes e automáticos. Aqui nos Estados Unidos está em pleno vigor uma legislação que não distingue entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Justificada principalmente pela necessidade de proteger a indústria norte-americana contra práticas desleais de outros países altamente industrializados, essa legislação vem sendo aplicada com o mesmo rigor aos países em desenvolvimento. A invocação da existência de incentivos de exportação tem sido suficiente para o levantamento de barreiras contra as nossas manufaturas, sem que se exija sequer a prova de que teria havido dano material para a indústria local.

Na verdade, as medidas contra o Brasil, além de contrariarem o interesse do consumidor norte-americano, nem sempre têm favorecido a indústria ou a força de trabalho deste país. Em grande número de casos, os mecanismos de proteção são acionados por fabricantes de outros países desenvolvidos que competem conosco neste mercado.

Ao mesmo tempo em que se erguem barreiras à nossa exportação, somos pressionados pelos países industrializados, em nome da doutrina do *livre comércio*, a suspender as restrições temporárias que fomos obrigados a impor às nossas importações para evitar o colapso no balanço de pagamentos — brutalmente atingido em 1973/4 — e para construir no país uma indústria mais sólida e equilibrada, nos permita resistir, no futuro, a abalos semelhantes.

Na verdade, não é apenas o caso do Brasil que nos preocupa. Nossa país já encontrou o seu caminho e, de uma forma ou de outra, chegará ao seu destino.

Preocupa-nos, sobretudo, a situação difícil em que se encontra a maioria dos países mais pobres.

Não ignoramos as sérias dificuldades com que se defrontam atualmente os países desenvolvidos — inflação, recessão, instabilidade monetária, desemprego e, em certos casos, pesados *deficits* no balanço de pagamentos.

Mas é forçoso reconhecer que, na maioria dos países subdesenvolvidos, o impacto desses mesmos problemas vem sendo infinitamente maior e suas consequências muito mais dramáticas. Sobre eles desabou o efeito simultâneo dos aumentos árabes e não árabes: o aumento sobre o preço das importações de equipamentos é infinitamente menor que o baixo nível da renda individual não lhes permite combater a inflação através de medidas recessivas, que conduziram à comoção social e à desordem política.

Colocados diante do fantasma do estrangulamento econômico, só lhes tem restado, além de endividar-se, procurar substituir importações e partir para uma política agressiva de exportações.

Não é justo que, nessa emergência, o mundo desenvolvido lhes cerre as portas.

A igualdade entre as nações — ficção jurídica de indiscutível validade no plano político — redonda necessariamente prejudicial às nações mais fracas quando é transferida para o plano econômico.

Realmente, tratar de forma igual os economicamente desiguais não é servir ao princípio da igualdade; é agravar a desigualdade preexistente. Em matéria de *liberação do comércio internacional*, não é justo invocar o princípio da igualdade entre as nações. Pelo contrário, o que é preciso é afirmar a existência das desigualdades, de modo que a contribuição de cada país para essa liberalização possa ser proporcional ao respectivo estágio de desenvolvimento.

Nas circunstâncias atuais, a aplicação de um protecionismo crescente e indiscriminado por parte dos países desenvolvidos acabará por condenar o mundo não desenvolvido à perpetuação da pobreza.

Sem exageros de retórica, estamos em face de uma maciça violação dos direitos fundamentais do homem.

O respeito aos direitos humanos não se pode restringir à órbita interna de cada país. Deve prevalecer também nas relações internacionais.

Em coerência com tudo que têm defendido no passado e continuam a sustentar no presente, e por força de sua liderança natural, cabe indiscutivelmente aos Estados Unidos da América a missão histórica de conduzir o mundo desenvolvido a restabelecer, nas relações com os países mais pobres, os mesmos princípios que regem as relações entre os homens.

Valemo-nos da ressonância desta Tribuna da Câmara Brasileiro-Americana de Comércio para exortar a opinião pública deste generoso país a empunhar a bandeira da justiça social entre as nações. Pondo um termo à escalada do egoísmo no mundo.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está finda a Hora do Experiente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Estão presentes, apenas, 30 Srs. Senadores. Não há *quorum* para deliberação. Em consequência, a matéria constante da pauta fica adiada para a próxima sessão, uma vez que toda ela depende de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira, orador inscrito para esta oportunidade.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, que falará em nome da Liderança da Maioria.

O SR. JOSE SARNEY (ARENA — MA) — Como Líder, pronuncio o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Casa acaba de ouvir a contundente oração do Senador Evelásio Vieira, condenando o modelo econômico brasileiro, especialmente a parte desse modelo que tem incentivado as exportações. Falou S. Ex* que, como resultado dessa política, temos a concentração de renda, uma concentração populacional urbana e a falha da política de incentivos à exportação. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, desejo dizer que a concentração de renda não é, evidentemente, consequência nenhuma determinada pelo modelo econômico brasileiro.

Sabemos todos nós, hoje, que o modelo de civilização industrial adotado pelo mundo ocidental evidentemente leva a uma concentração de rendas. Isso é inegável; desde o dia em que o homem desencadeou a Revolução Industrial nos fins do século XVIII houve uma mudança fundamental na força de trabalho humano. Até então dizia-se (aquele sentença do Rei Salomão) que nada de novo havia debaixo do sol. Mas, a partir de então tivemos algo de diferente.

Ao longo da História da Humanidade, a força do trabalho do homem foi cerca de 90% dedicada ao setor rural e 10% da sua força de trabalho era destinada — se pudéssemos dizer — ao setor industrial, que era o setor de manufatura urbana.

A partir da deflagração da sociedade industrial, houve uma mudança fundamental nessa distribuição de força de trabalho. A esse fenômeno, deu a Humanidade o nome de Revolução Industrial, que nada mais era que a passagem dessa força de trabalho do setor primário para o setor secundário, o setor industrial. Passou-se, mesmo, a aferir o desenvolvimento das nações pela quantidade da sua força de trabalho colocada ou no setor primário ou no setor secundário ou no setor terciário.

Ora, o Brasil não é um País isolado no mundo. Ele teve que aderir a um modelo de desenvolvimento da humanidade inteira, que é o modelo industrial. Hoje, somente a China resiste, um pouco, à industrialização intensa e, assim mesmo, já começa a aderir a esse sistema, porque ela não pode marginalizar as suas populações que, cada vez mais, têm aspirações de acesso a bens de consumo.

Pois bem, nós não criamos essa civilização industrial. E um grande economista, talvez um dos maiores da humanidade, que é John Kenneth Galbraith, teve a oportunidade de dizer que essa civilização industrial ainda vai durar cerca de 500 a 1000 anos, até que o homem possa descobrir novo tipo de sociedade em que a qualidade da vida seja melhor que a qualidade da vida criada pela civilização industrial.

A concentração de renda é uma das consequências da deflagração do fenômeno do desenvolvimento industrial. No Brasil, ela começou desde o momento em que o País passou, depois da II Revolução Industrial chamada, ao modelo intensivo e progressivo de desenvolvimento econômico.

Mas, Sr. Presidente, o que é de extrema injustiça é não dizer-se que esse fenômeno de concentração de rendas, começou desde que o Brasil entrou, a passos largos, nesse processo, em que, aliás não podia deixar de entrar. Um economista já afirmou que o modelo ideal de distribuição de renda é aquele que nada têm a distribuir. Já se disse, como exemplo, que a melhor distribuição de renda é a tribal, pois uma tribo que nada tem, todos têm uma idêntica renda.

Sr. Presidente, o que tem procurado fazer justamente os governos da Revolução tem sido que esse fenômeno da concentração de renda, que é intrinseco ao desenvolvimento industrial, não se acentue cada vez mais. Daí porque os programas que o Governo tem feito, todos eles, têm como base, e isso se encontra no IIº PND, o objetivo de evitar medidas concentradoras de renda concentradoras no sentido espacial, concentração de rendas no sentido regional e concentradoras também nos sentidos setoriais. Essas medidas têm sido adotadas e o Governo está permanentemente vigilante, a respeito desse assunto, evitando que o nosso desenvolvimento tenha, e carregue, uma dose social injusta como se verifica em países que já percorreram esse caminho. Essa é a verdade. Não só no sentido direto o Governo tem tomado medidas nesse setor, como também, indiretamente, através dos investimentos maciços que tem feito no setor social, justamente para evitar que esse fenômeno, possa penalizar mais ainda as classes menos favorecidas da sociedade.

Sr. Presidente, outro fenômeno também observado, que o Senador Evelásio Vieira diz que é um resultante do modelo econômico brasileiro, também não é nosso. É o êxodo rural, as grandes concentrações urbanas. Também faz parte, justamente do modelo de desenvolvimento industrial, o fenômeno da urbanização, que se processou no mundo inteiro. E ao contrário, nós, porque somos uma nação que aderiu a esse processo com certo retardamento, estamos tendo condi-

cões de não cometer o erro que as outras nações cometeram. Quando essa força de trabalho se desloca para o setor secundário, ela, evidentemente, cria um êxodo do setor rural, ela entra no fenômeno das concentrações urbanas.

Ora, isto é tão verdadeiro que os países mais desenvolvidos, que possuem aquele estágio mais avançado do desenvolvimento econômico, são aqueles em que as populações — a força de trabalho — passam do setor secundário já para o setor terciário, o setor de serviços. É o fenômeno, hoje, dos Estados Unidos, das maiores Nações da Europa Ocidental, cuja força de trabalho já se desloca do setor secundário para o setor terciário, o setor de serviços, onde o homem passa a ter, então, outras aspirações que são as de lazer e de cultura.

Este é um estágio a cumprir nas determinadas etapas. Nós no Brasil não podemos, absolutamente, queimar essas etapas, porque elas têm de ser percorridas, inexoravelmente, como o mundo todo percorreu e nós estamos num estágio ainda no qual estamos sofrendo a mudança da força de trabalho do setor primário para o setor secundário e já avançando um pouco para o setor terciário.

A partir daí, Sr. Presidente, já se observa o fenômeno que hoje os sociólogos apontam nos Estados Unidos, que é o fenômeno da suburbanização. Isto é, as populações que vieram do campo para as cidades e que formaram as cidades, hoje voltam ao campo, fugindo dos problemas que a grande cidade e a qualidade da vida gerou nas grandes cidades.

Assim, o que temos procurado fazer é minimizar esses subprodutos do desenvolvimento que, se por um lado têm a carga de melhorar a vida das populações, carregam, também no seu bojo algumas distorções, como essas que, no Brasil, temos procurado minimizar, embora seja impossível evitar fenômeno, porque ele é intrínseco do processo de desenvolvimento econômico.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Dou o aparte a V. Ex^e.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — No enunciado do pronunciamento de V. Ex^e apresenta-se uma série de conceituções com as quais concordo inteiramente, especialmente quando faz apreciações, inclusive ao desenvolvimento industrial no mundo, no seu início e o seu desenvolvimento. Entretanto, surpreende-me quando V. Ex^e, homem que tem pautado a sua vida pública numa identificação, a mais estreita possível, com todas as camadas sociais, aplaude a política econômica vigente neste País nos últimos anos e proclama como justificada a concentração de rendas, neste País. Senador José Sarney essa posição de V. Ex^e me surpreende. Entendo que uns detenham mais do que outros, mas, a concentração de rendas no Brasil está sendo altamente excessiva, e esse nível de crescimento exagerada se acentua a cada dia e V. Ex^e não pode negar porque os números evidenciam as nossas palavras. Entendemos a necessidade de industrialização também do Brasil, porque não poderíamos ficar à margem desse processo, mas julgamos que a nossa industrialização deveria dirigir-se ao nosso interesse, dentro das nossas possibilidades e não um desenvolvimento industrial, em que o objetivo maior é a produção de artigos sofisticados para um público consumidor incapaz de obtê-lo. Um País que procura desenvolver, sem possibilidades, um plano siderúrgico, olhando mais a construção de automóveis de passeio, preocupando-se em produzir sempre mais automóveis, sem possuir suficientes estradas e não podendo fazê-las a preços normais, parte para a construção, inclusive, dos onerosos viadutos, dos elevados, como estamos a contemplar, com tristeza, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades. O certo seria desenvolver o nosso parque fabril para produzir aquilo que temos capacidade de absorver, desenvolver a agricultura, pois temos essa vantagem de exportar.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Senador Evelásio Vieira, V. Ex^e já fez o seu discurso. Peço a V. Ex^e que seja breve no aparte, para que eu não possa interromper o fio da argumentação que vinha desenvolvendo.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^e é um homem dotado de uma inteligência privilegiada, de uma memória excelente...

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Muito obrigado.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — ... V. Ex^e tem a capacidade de memorizar e nos responder, inclusive porque V. Ex^e é o último orador, há tempo e o tema justifica. Isso é para que eu não fique fazendo pingue-pongue com V. Ex^e, aparteando a cada palavra que V. Ex^e expresse. Deveríamos estabelecer prioridade para a agropecuária, desenvolver o nosso parque industrial, para que possamos absorver e depois, que tivéssemos uma tecnologia industrial desenvolvida, mão-de-obra qualificada e preços competitivos para o mercado internacional, aí, Senador, essa seria a política correta.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Senador Evelásio Vieira, em primeiro lugar, V. Ex^e deformou as minhas palavras, quando apontou-me como defendendo a concentração de renda. Esta Casa é testemunha de que apenas constatei um fenômeno científico de que o desenvolvimento econômico é concentrador de renda. E, ao contrário, o que afirmei foi que o Governo brasileiro vem procurando, ao aderir ao processo de desenvolvimento econômico, evitar que essas consequências, essas distorções desse processo possam penalizar mais ainda a nossa população.

Não estou defendendo apenas este Governo, estou afirmando que o Brasil tem tomado essa posição desde 1958. Quando foi criada a SUDENE, o que o Governo estava buscando era evitar que se formassem concentração espacial de renda, isto é, Centro-Sul em detrimento de áreas menos desenvolvidas do País.

Quando o Governo toma providências dessa natureza, está justamente fazendo com que o fenômeno da concentração de renda não se processe de maneira tão larga, quanto era para fazer-se num processo de desenvolvimento industrial.

A concentração de renda, Sr. Presidente, é injusta; ela deve ser combatida e tem sido combatida. Mas, o que é também injusto é dizer-se que isto foi criado pelo modelo econômico brasileiro atualmente em vigor. Aí é que reside, sobretudo, o grande erro, do qual a discussão se torna impossível. Se V. Ex^e viesse para cá discutir conosco medidas que evitassem a concentração de renda, nós estámos perfeitamente de acordo, embora sabendo que é difícil chegar-se a um ponto ótimo. Todavia, deve ser preocupação permanente dos governantes evitar que o desenvolvimento econômico que acarreta a concentração de rendas — o que é injusto para determinadas camadas da população — seja mais injusto ainda, desde que o Governo não tome medidas para evitá-lo. Daí por que, quando V. Ex^e diz que o modelo brasileiro trouxe essa concentração de rendas, eu respondo dizendo que não é verdade, porque o fenômeno da concentração não foi criado pelo modelo econômico brasileiro. Esse fenômeno existe, intrínseco, no bojo do processo de desenvolvimento industrial, aqui, e em todos os lugares do mundo. Para evitá-lo há apenas um expediente: parar o desenvolvimento econômico. Aí impediremos que ele parta para o fenômeno da concentração de renda. Agora, todos devemos lutar para que isso não aconteça; devemos lutar, dia e noite, para que a concentração de renda seja combatida. É isso que o Governo tem feito, tem procurado fazer. Talvez os resultados não sejam aqueles que desejamos, mas, evidentemente, são aqueles que temos procurado obter.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Darei em seguida o aparte a V. Ex^e. Desejo caminhar um pouco mais no meu raciocínio para abordar o universo dos argumentos que estou desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso — Fazendo soar a campanha.) — Lembro que V. Ex^e só dispõe de cinco minutos para concluir o seu discurso.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Sr. Presidente, evidentemente, dentro de cinco minutos seria impossível fazermos

uma explanação mais completa a respeito do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. Vou dar um grande salto nos outros argumentos do Senador Evelásio Vieira para fixar-me quando S. Ex^o ataca a política de exportação, pregando que se acabem com os subsídios a ela destinadas.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Não. Perdão, eu não disse isso. Os subsídios para a exportação de manufaturados, já não me referi aos produtos agrícolas, matérias-primas, devem ser reexaminados, porque há um subsídio excessivo e V. Ex^o o reconhece; para tecidos, confecções, por exemplo, 72,74%; para veículos!

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Sr. Presidente, esse argumento de subsídio excessivo não deveria ser o argumento do Brasil, nem dos brasileiros, porque este argumento tem sido justamente o dos países que conosco concorrem, no setor internacional, com os nossos produtos.

É esse o argumento deles, lá fora; é esse o argumento dos protecionistas, dos Estados Unidos, da Europa Ocidental, de que nós subsidiamos os nossos produtos para que eles possam concorrer.

Na realidade, Sr. Presidente, o que estamos fazendo não prejudica o povo brasileiro de maneira alguma, nem o mercado interno; nós estamos aproveitando apenas, utilizando a capacidade ociosa de nossa indústria para que ela seja exportada, e exportando, o que fazemos? Proporcionamos trabalho para milhares de pessoas, arrecadamos impostos indiretos, etc.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^o está equivocado.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Mas V. Ex^o não pode dizer de maneira alguma que estamos equivocados, porque o mercado brasileiro não absorve toda a produção de nossa indústria, isto é uma realidade. Estamos exportando, a capacidade ociosa, naquilo que não podemos vender no mercado interno.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^o me concede um aparte para poder contradizê-lo?

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Pois não.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Nobre Senador, V. Ex^o fez uma afirmativa que até hoje não tinha ouvido: a de que estamos na exportação de manufaturados para aproveitar uma ociosidade. Isto é um equívoco de V. Ex^o. As nossas empresas estavam produzindo a um nível X, foram estimuladas e pressionadas pelo Governo para aumentarem a sua produção, olhando o mercado externo, por causa de nossa dívida. Não temos capacidade de absorção daquilo que produzimos, por aquilo do que acabei de dizer no meu pronunciamento: porque o povo brasileiro não tem poder de compra, e não tem por quê? Em face da política salarial. Por que essa política salarial de arrocho? Porque o Governo tem uma dívida externa muito grande e tem que exportar a qualquer preço. Mas, se adotássemos uma política salarial mais condigna, uma política voltada para o mercado interno, não estaríamos hoje com essas preocupações e V. Ex^o não estaria a fazer as afirmações que faz nesta Casa.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Vou fazer uma pergunta a V. Ex^o. Poderia nos dar exemplo de um produto que tenha saltado no Brasil, que tenhamos exportado em detrimento do mercado interno?

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Dou o exemplo da soja.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — V. Ex^o não pode dizer um fato desse.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — O café, que é vendido no exterior a preço inferior ao do mercado interno.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — V. Ex^o há pouco falava em produtos manufaturados, agora fala em produtos primários.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Vários produtos manufaturados nossos são vendidos no mercado externo a preço inferior a que o brasileiro paga.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Sr. Presidente, não só no Brasil como no mundo inteiro. As exportações não têm a sobrecarga dos impostos internos, nem podem ter. Não podemos gravar os nossos produtos já que são produzidos no excesso que o mercado brasileiro não pode absorver, então exportamos. Em qualquer lugar do mundo é assim. Não há diferença nenhuma. Temos que exportar, o Brasil não é uma ilha que independe dos outros países do mundo. Hoje em dia o mundo é cada vez menor, o intercâmbio é cada vez mais necessário. Precisamos exportar, para importar os bens de que necessitamos para complementar a nossa economia.

Assim, Sr. Presidente, acredito que não faz nenhum serviço à melhoria do modelo econômico brasileiro quando se fazem críticas dessa natureza, sem objetividade e, sobretudo, sem uma contribuição efetiva. Então, convido o Senador Evelásio Vieira a fazer, aqui, as suas idéias que evitem a concentração de rendas, imediatamente. Porque se V. Ex^o sabe, já devia ter dado a fórmula mágica.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Já dei. A Casa está repleta.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA) — Mas, evidentemente, é muito fácil construir-se soluções simplistas para problemas complexos. Com a palavra se constrói um mundo imaginário mas não se constrói a realidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Otair Becker.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SC) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De 19 a 26 de outubro próximo, Florianópolis será sede o I Simpósio Internacional sobre Apicultura em Clima Quente, iniciativa de inquestionável importância para Santa Catarina e o Brasil, dado nosso imenso potencial em apicultura.

Será, sem dúvida, um acontecimento marcante, cuja realização se deve à Confederação Brasileira de Apicultura e, especialmente, ao idealismo e ao espírito de luta do seu presidente, Sr. Helmuth Wiese.

A promoção tem — conforme consta do convite que nos foi endereçado — a finalidade de oferecer oportunidades para um encontro internacional de pesquisadores, técnicos e apicultores, para unir seus conhecimentos sobre apicultura em clima quente e, especialmente, a experiência acumulada nos últimos anos sobre a apicultura com abelhas africanizadas, incluindo a apresentação de trabalhos técnicos-científicos, informações e tudo sobre apicultura em clima quente, com uma avaliação de apiários com demonstração de métodos.

Além dos objetivos básicos, o Simpósio oferecerá momentos para confraternização entre colegas de todo mundo, pelo idealismo agrícola sem fronteiras sob a bandeira desfraldada da Apimondia através de seus cinqüenta e três países filiados.

O temário técnico-científico elaborado para o Simpósio prevê apresentação de trabalho sobre:

- taxonomia;
- biologia;
- patologia;
- técnicas de manejo;
- seleção e melhoramento;
- migração e polinização;
- produtos das abelhas.

Após a apresentação dos trabalhos e informações, será realizada uma viagem de estudos da ecologia e da abelha em apiários catarinenses, num percurso de mais de mil quilômetros, para conviver com o apicultor brasileiro, suas abelhas e sua família.

Depois das visitas aos apiários e estações oficiais de apicultura, serão também coordenados debates sobre o que foi visto, para intercâmbio de idéias e sugestões.

Para participar do Simpósio foram convidados conferencistas, pesquisadores, professores, técnicos, apicultores, entomólogos, biólogos e quaisquer pessoas ligadas à apicultura. O encontro contará, ainda, com a presença de conferencistas especiais, autoridades mundiais no setor:

— Professor Dr. F. Ruttner, Presidente da Comissão de Biologia Apícola da Apimondia — Alemanha;

Dra. Eva Crane, Diretora do International Bee Research Association — Inglaterra;

— Professor Dr. Lionel S. Gonçalves, Diretor do Laboratório de Pesquisa Apícola de Ribeirão Preto, São Paulo;

— Dr. Levin Marschal, Departamento de Apicultura dos Estados Unidos;

— Professor Dr. Warwick Estevan Kerr, Diretor do Instituto de Pesquisa da Amazônia;

— Professor Dr. Roger A. Morse, Professor de Apicultura da Universidade de Cornell Ithaca, Nova Iorque, Estados Unidos.

Sr. Presidente:

Santa Catarina é um dos maiores produtores de mel do país, com cerca de dois mil apicultores explorando mais de cento e cinquenta mil colmeias e uma produção anual de três milhões de quilos de mel. Possui ainda seis Associações de Apicultores, um Serviço oficial para pesquisa e desenvolvimento da apicultura, entrepostos para comercialização dos produtos das abelhas, um centro para criação de rainhas e é também a sede da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA). A produção de mel por colmeia varia de 25 a 100 quilos, condicionada às condições climáticas e das floradas.

É com satisfação que falo sobre o I Simpósio Internacional de Apimondia sobre Apicultura em Clima Quente, pois desde muito me interesso pela apicultura catarinense, tendo, mesmo, me esforçado em colaborar com o trabalho árduo e notável da Confederação Brasileira de Apicultura. E aqui cumpre-me expressar meu regozijo pela recente reeleição do Dr. Helmuth Wiese, cujo idealismo e espírito de luta bem conhecemos, honrando-nos com sua amizade. E é, sem dúvida, fruto da generosidade desse ilustre coestaduano e amigo a inclusão de meu nome entre os cinco Membros de Honra do Simpósio — gesto que muito me sensibilizou e que agradeço sinceramente, reafirmando minha disposição de sempre, na medida de minhas forças, colaborar para o êxito do trabalho da Confederação Brasileira de Apicultura.

Sr. Presidente:

Almejo para os organizadores e participantes do Simpósio êxito máximo, reiterando que vejo nessa promoção iniciativa do maior significado para o Brasil, tanto devido à nossa enorme potencialidade no setor, como pelo baixíssimo consumo de mel em nosso País, alimento que em muitos países é obrigatório às crianças das escolas, como na Rússia, face seu inigualável valor.

E, finalmente, espero que o primeiro Simpósio Internacional de Apimondia sobre Apicultura em Clima Quente, sirva para despertar, definitivamente, as autoridades públicas de Santa Catarina e do Governo Federal para a importância imensa do desenvolvimento e aprimoramento da apicultura brasileira, proporcionando a necessária ajuda aos que tanto labutam no setor, movidos pela força do idealismo, como é o caso do Dr. Helmuth Wiese! (Muitobem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (ARENA — PI) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ao iniciar o curso ginásial no hoje cinqüentão Ginásio do Crato, no percurso que medeia entre Picos e aquela cidade cearense, Fronteiras era ponto obrigatório de parada.

À época pequenina comunidade, situada nas cercanias da serra do Araripe, vizinha de Campos Sales, durante algumas décadas Fronteiras, sem estradas permanentes, sem infra-estrutura, sem meios de comunicação, permaneceu quase que estagnada.

Voltei a freqüentá-la com assiduidade a partir de 1950, quando já no exercício da breve atividade advocatícia, prestei assistência jurí-

dica a grande número de clientes, especialmente em ações de demarcação e de divisão de terras.

Creio que naquele ano não mais existia o velho Aquiles de Sousa, um dos fundadores da localidade, substituído pelo filho José Aquiles, ainda hoje uma das maiores expressões políticas do Município de Fronteiras.

Como é natural, advogado iniciante, aproximei-me de Mário Andrade, titular do cartório único da Cidade, amizade que ainda hoje cultivo e venero.

Certo é que, a cada visita, aumentava o círculo de relações, na cidade e no interior. Antonio Francisco Pereira, Norberto Angelo Pereira, Euclides Josino, Pedro Victor de Oliveira, Juarez Gonçalves, Joviano Maximino de Alencar, Joaquim Gomes Sobrinho, José Hipólito, Antônio José são alguns dentre tantos amigos que não mais existem.

Celso Angelo Pereira, Francisco Abílio, José Pedro Sobreira, o atual e diligente Prefeito, Valdir Pereira, Dr. José Aquiles Filho, José Timóteo Rodrigues, Osmar Sousa, Francisco Pinheiro da Silva, Edson Gomes Sobrinho, José Manoel, Romão Eugênio, Miguel Mundico, Waldemar Sousa, Joaquim Andrade, Corinto Machado, Francisco Andrade, Absolon Bezerra, Dr. Edgar Pereira, Raimundo Ramos, eis alguns, dentre incontáveis amigos, que ainda hoje respondem, nas atividades mais diversificadas, pelo pujante crescimento daquela comunidade.

Fronteiras já não é aquela pequenina cidade dos meus tempos de aluno do atual Colégio do Crato. Muito menos a do início da década de cinquenta. Enfeitam-na praças e jardins, ruas calçadas e bem cuidadas. Escolas, Ginásio e Hospital, energia abundante e rede de abastecimento d'água, fábrica de beneficiamento de produtos agrocolas, sinal da televisão de Teresina, grande açude federal, estrada asfaltada que a liga a todo o País, a Fronteiras de hoje moderniza-se e participa, com peso específico, da vida do Piauí.

Na última sexta-feira, dia 9, Fronteiras comemorou o quadragésimo aniversário de sua autonomia. E o fez com festas e solenidades, assistidas pelas autoridades estaduais, povo fronteirense e representações das cidades vizinhas.

Claro que sofri com a impossibilidade do comparecimento. Fronteiras é um dos pedaços mais gratificantes da minha atividade de homem público.

Agora, da tribuna do Senado Federal, envio-lhe fraternal abraço. Abraço ao passado, que em mim não morre, e ao presente, que espero projetar-se no futuro.

Daqui também envio congratulações a todos os fronteirenses, da cidade e do interior, residentes ou não no Município, todos imbuídos das mesmas alegrias pela passagem das festas aniversárias.

A Fronteiras, a que tanto quero, transporte o pensamento neste instante e lhe envio, da mais Alta Casa do Congresso Nacional, a par dos parabéns, os votos, ardentes e sinceros, pelo contínuo e crescente desenvolvimento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente, designando para a Ordem do Dia da próxima sessão as matérias constantes da pauta de hoje e que não puderam ser apreciadas por falta de *quorum*, assim constituída:

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1976 (nº 52-B/75, na Casa de origem), que altera o parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo

PARECERES, sob nºs 1.044 e 1.045, de 1976, e 921 e 922, de 1977, das Comissões:

— de Legislação Social — 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário), contrário, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Franco Montoro;

— de Serviço Público Civil — 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) ratificando seu parecer anterior.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 102, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra Gualter Maria Menezes de Magalhães, alusiva ao Dia da Vitória.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 111, de 1978, do Senhor Senador Daniel Krieger, solicitando tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 111, de 1976, do Senhor Senador Leite Chaves, e 256, de 1977, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que alteram a redação do art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

— 4 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1972, do Senhor Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 308 a 311, de 1973, e 1.010 a 1.013, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade nos termos do Substitutivo que apresenta; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo de Plenário, com subemendas que apresenta;

— de Economia — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemenda que apresenta e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Luiz Cavalcante; 2º pronunciamento: favorável ao Substitutivo de Plenário e às subemendas a ele apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça;

— de Saúde — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com subemenda que oferece; 2º pronunciamento: contrário ao Substitutivo de Plenário, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos; e

— de Finanças — 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e à subemenda da Comissão de Economia, e contrário à subemenda da Comissão de Saúde, com voto vencido do Senhor Senador Cattete Pinheiro; 2º pronunciamento: contrário ao Substitutivo de Plenário, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Lourival Baptista.

— 5 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 944 a 946, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade, e, no mérito, favorável; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, nos termos de subemenda que apresenta; e

— de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece, com voto, em separado, do Senhor Senador Nelson Carneiro.

— 6 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 1976, do Senhor Senador Franco Montoro, que assegura di-

reitos à promoção e aproveitamento do empregado em atividade privativa de habilitação qualificada, tendo

PARECERES, sob nºs 135, 136 e 889, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

— de Legislação Social — 1º pronunciamento: favorável — 2º pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) favorável, com voto vencido do Senhor Senador Lourival Baptista e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Ruy Santos.

— 7 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 1977, do Senhor Senador Henrique de La Rocque, que altera dispositivos do Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1966) e do Código de Processo Penal Militar (Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 878 e 879, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com a emenda que apresenta de número 1-CCJ; e

— de Segurança Nacional, favorável ao Projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 8 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 128, de 1977, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que altera disposições legais relativas à proteção do trabalho do menor, tendo

PARECER, sob nº 59, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido do Senhor Senador Nelson Carneiro.

— 9 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionário civil e militar da União, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 940, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Nelson Carneiro e Cunha Lima (dependendo da votação do Requerimento nº 150/78, de adiamento da votação).

— 10 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a aposentadoria especial para o Bombeiro Hidráulico e para o Eletricista do Grupo de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, tendo

PARECER, sob nº 21, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Accioly Filho, Leite Chaves, Nelson Carneiro e Cunha Lima.

— 11 —

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1978 — Complementar, do Senhor Senador Benjamim Farah, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, tendo

PARECER, sob nº 167, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade (dependendo da votação do Requerimento nº 147, de 1978, de adiamento da discussão).

— 12 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a propaganda comerciial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 893 a 900, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Italívio Coelho, Otto Lehmann e Osíes Teixeira;

— de Economia, favorável;

— de Educação e Cultura, favorável, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos (dependendo da votação do Requerimento nº 131, de 1978, de adiamento da discussão).

— 13 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1977, do Senhor Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, tendo

PARECERES, sob nºs 92 e 93, de 1978, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

— de Economia, favorável (dependendo da votação do Requerimento nº 132, de 1978, de adiamento da discussão).

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 9-6-78 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Aproximadamente três mil estudantes da Universidade de Londrina encontram-se em greve. E essa greve decorre do fato de aquela Universidade ter alterado o seu Regimento, para nele introduzir normas repressivas das atividades estudantis, impedindo-os, inclusive, de se reunirem no próprio *campus* universitário.

Os jornais de Londrina, de Curitiba, desta cidade, inclusive, têm anunciado o movimento estudantil, como o fez, anteontem, a *Gazeta do Povo*, da Capital do meu Estado:

“Alunos da maioria dos cursos mantidos pela Universidade Estadual de Londrina — UEL — declararam-se em greve na noite de anteontem, em sinal de protesto contra a eminente aprovação pelo Conselho Universitário de Londrina, de um código disciplinar a ser incorporado ao regimento geral da UEL. O código, segundo os estudantes, tem por objetivo restringir a ‘já pequena liberdade existente hoje na Universidade’. O código disciplinar que há dois dias vem sendo examinado pelos membros do Conselho Universitário, se aprovado proibirá qualquer reunião no interior do campus, e os membros da comunidade — reitores e professores — não poderão ser criticados publicamente, pois qualquer crítica deverá ser enviada à administração da UEL que analisará a procedência das críticas.

Ontem cerca de 2 mil estudantes realizaram uma passeata pelo ‘campus’, e em seguida dirigiram-se até o prédio onde funciona a Reitoria; ali os universitários cantaram o Hino da Independência ao mesmo tempo em que queimavam uma cópia do regimento geral que os membros da comunidade estão examinando e que segundo um de seus membros deverá ser totalmente aprovado. Em vista disso os estudantes decidiram permanecer em greve — a greve já atingiu vários centros e cerca de 3 mil alunos deixaram de frequentar as aulas. Segundo ainda um membro do Conselho Universitário, a

aprovação do novo código disciplinar da Universidade de Londrina não é uma iniciativa apenas da Reitoria: ‘O pessoal aqui está simplesmente segundo orientação do Ministério da Educação que pretende — criar códigos disciplinares em toda a Universidade, ou seja, as salvaguardas necessárias para que o Governo possa extinguir o 477’ explicou.

Por outro lado a maioria dos professores da Universidade Estadual de Londrina, manifestaram, em Assembléia realizada na noite de anteontem, sua ‘irrestrita solidariedade aos alunos’. Além disso os professores da Universidade decidiram permanecer em assembléia permanente. Ao mesmo tempo a Associação Profissional dos Professores de Londrina convocou para ontem à noite uma Assembléia dos professores londrinenses, para tomar posição diante da reforma do regimento geral da Universidade.”

Estes fatos, estão acontecendo exatamente quando o ilustre Presidente desta Casa está se desincumbindo da tarefa de encaminhar ao Presidente da República, e este, por sua vez, encaminhar ao Congresso, o resultado de sua longa elaboração acerca da reabertura democrática.

Está se processando em Londrina a sucessão de reitores. O Reitor atual está concluindo o seu mandato, e é exatamente neste instante que teve a iniciativa de realizar esse Regimento, para viger na gestão do futuro Reitor. O atual Reitor é genro do ex-Ministro Ney Braga.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite, nobre Senador?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer, Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Não foi em Londrina que foi impedido de falar aos estudantes o Ministro Aliomar Baleeiro?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Exatamente.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Era só essa a confirmação que eu queria.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Veja V. Ex^e que o atual Reitor Oscar Alves, responsável pela introdução desse novo regimento, extremamente restritivo, é genro do ex-Ministro Ney Braga. Vejam V. Ex^es, o Ministro Ney Braga a despeito de não ter aplicado, como confessa, o Decreto-lei nº 477, nada fez, mesmo como Ministro, ou em nada concorreu para a revogação desse instrumento de violência cuja revogação é reclamada por todo o País. Pois bem, além de o ilustre anterior Ministro nada ter feito para revogar esse decreto, o seu genro vem e o transplanta para um regimento interno, para uma lei *interna corporis*, as suas disposições. E o pior, na fase de sua elaboração, os estudantes lançaram mão de todos os apelos, para que não se cometesse tamanha violência. E mesmo diante da ameaça da deflagração da greve, o estatuto foi assinado.

Sr. Presidente, o instante psicológico do País é da maior inquietação. O País todo, há alguns anos, vem lutando pela revogação do AI-5, e os estudantes em particular, pela revogação do 477. Então, no momento em que a consciência nacional está compelindo, inclusive, o Presidente da República a suprimir esses instrumentos de violência, usa-se de outra escamoteação: Transferem-se os termos, as disposições desse instrumento para as portarias, para a regulamentação interna de uma Universidade, vale dizer, agravam a violência dessa excepcionalidade; porque, como se sabe, o Regimento ou é aplicada pelo Diretor, pelo Professor ou pelo Diretor do Departamento, por aquele que está mais exposto às paixões, que está exercendo, na maioria das vezes, como tem acontecido neste País, funções de policialismo dentro das Universidades. Assim, esses instrumentos são aplicados com paixão, com apoio ou pressupostos em situações nascidas daquela convivência, em julgamentos particularíssimos. O comportamento dos estudantes, contrário a tal regimento é legítimo,

é quase que uma reação em estado de necessidade. Os estudantes e professores, ao longo do tempo, têm gasto tempo enorme na luta pelo mínimo indispensável à vida de uma Universidade, que é a liberdade. Da mesma forma nós aqui, neste Parlamento, temos gasto grande parte do nosso esforço em reclamar a liberdade para o País, a liberdade mínima necessária a trabalhos produtivos e duradouros. Esforços enormes temos gasto neste sentido, em reclamar o mínimo de liberdade e de segurança para que se possa realizar atividade universitária.

E, neste instante histórico, quando há promessa de revogação desses atos, porque o País os condena, transplanta-se isso tudo para o interior da Universidade. E o pior é que, se é aceito procedimento, desta natureza, seguramente outras Universidades haverão de seguir o exemplo, ao que parece, não se quer revogar coisa alguma. Quer-se, isso sim, transferir da lei para os regulamentos, a frente justificadora da violência. Encontramos essa dicotomia insuportável em tudo: a Constituição assegurando o direito de reunião no País e uma portaria do Ministro, a Lei Falcão, proibindo essas reuniões.

Sr. Presidente, mesmo em 64, a Universidade de Londrina aqui especificamente. Não participou sequer de movimentos grevistas. Desta vez é impressionante o número de estudantes que já está nas ruas, reclamando o mínimo de respeito, depois de tanto tempo de opressão.

Encontram-se já em greve os seguintes cursos: Agronomia, Veterinária, Psicologia, Biologia, Biomédicas, Odontologia, Fármacia e Bioquímica, Enfermagem, Comunicação, além dos internos e residentes do Hospital Universitário. Esses são cursos básicos, cursos fundamentais, e seu maior acervo é composto por pessoas adultas, refletidas em suas posições. Além do mais, a própria Associação Profissional dos Professores se solidarizou com os estudantes, por reconhecer que aquele Regimento Interno restringe o mínimo de liberdade necessária ao exercício da atividade universitária.

Ontem, inclusive, com a participação da população realizou-se comício de enormes proporções naquela cidade, com presença inclusiva de um nosso ilustre representante, que é o Deputado Álvaro Dias.

Como os nobres Srs. Senadores sabem, Londrina é uma cidade nova, de apenas 40 anos, e, em razão desse pormenor, não tem suscetibilidades políticas aguçadas. No entanto, fatos dessa natureza estão levando uma cidade pacífica, seus estudantes, seus universitários, e já com a participação do povo, dos pais de família, a repudiar em público a perpetração de tamanha violência contra um mínimo de liberdade que se exige para um Organismo universitário.

Há pessoas neste País que parecem admitir um tipo exclusivo de liberdade, que é a liberdade de aplicar a violência, de restringir os direitos dos demais.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o MDB condena veementemente isso tudo. Condena não só o ato, como, sobretudo, o instante em que esse ato está sendo perpetrado.

Exigimos para as nossas Universidades o mínimo de regras liberais que permitam ao estudante realizar-se como homem, que permitam ao estudante sair da Universidade apto a exercer a liderança na própria sociedade, e não apenas sair como um técnico cego e limitado ao exercício de uma profissão qualquer. A Universidade prepara o homem para uma multivariiedade de profissões, mas é preciso que, mesmo como estudante, o homem seja tratado dentro de um clima de liberdade e de segurança, para que alcance efetivamente objetivos compatíveis com sua realização universitária.

Esse movimento, Srs. Senadores, seguramente poderá continuar, e não sei em que situação ficará o Senhor Presidente da República diante de fato dessa natureza. Enquanto Sua Excelência procura tranquilizar a Nação, prometendo aberturas, divulgando-as em suas regras gerais, os subalternos da administração, ninguém sabe se consentidos, estimulados ou agindo em nome próprio, tomam posições aviltantes, como esta que estou relatando.

O nosso Partido se solidariza com os estudantes de Londrina, do Paraná e de todo o País, porque, Partido democrático, reconhece como existencial, como fundamental, como inseparável da atividade universitária, um mínimo de liberdade, um mínimo de segurança para uma realização profissional.

Um filósofo oriental — e o fato ultimamente tem sido muito reproduzido nos jornais — estabeleceu padrões em que se funda a segurança de um país: em primeiro lugar, o pão; depois, o suporte militar e, por fim, a credibilidade de seus governantes.

Então, a credibilidade, a confiança no governo é um dos tripés em que se funda a segurança do Estado ou, pelo menos, a convivência possível entre cidadãos.

Um dos fatores basilares da confiabilidade de um governo é o pressuposto da seriedade de suas afirmações. Entretanto, isso não está ocorrendo. Se o Governo, por um lado, promete aberturas, em razão dos reclamos nacionais, e se, por outro lado, os subalternos da administração, agindo em nome desse Governo, violentam esse comportamento ou agem, de forma concreta, contrariamente a essas determinações, que confiança pode ter a população nesse Governo? Que clima de seriedade ou de serenidade se formará, para que todos possam dar sua contribuição à redemocratização nacional que se reclama como medida de urgência?

Sr. Presidente, aqui fica o nosso protesto, aqui fica a nossa condenação a essas práticas, tanto mais abusivas, quanto mais duradouras. E, quando há promessa de essas práticas opressivas serem retiradas das leis, são colocadas nas portarias e nos regulamentos, naquele círculo restrito em que os aplicadores das portarias e os padecentes de suas sanções mais estão aproximados em campos estreitos, muitas vezes em situação de antagonismo ou de suscetibilidades.

Aqui fica o nosso protesto e o nosso apelo ao Sr. Ministro da Educação, em nome de quem tal providência estaria sendo adotada, segundo informam os jornais, para que S. Ex^{ta} contenha esse abuso, para que S. Ex^{ta} poupe os universitários do Paraná, os universitários de Londrina dessa violência incompatível com o grau de liberdade, de respeito que se exige para o Brasil.

Sr. Presidente, é tão legítima a reação dos estudantes, dos universitários londrinenses, que a população local, os pais de família, de hábitos extremamente moderados, estão nas ruas, estão, também, participando do movimento grevista, certos de que a medida extrapolou todos os limites razoáveis do admissível, do tolerável. E nem se diga que é o nosso Partido que está concorrendo para coisas desta natureza; o País precisa ver que quando os limites da tolerância são ultrapassados, não há AI-5, não há 477, não há portaria Falcão que contenha a reação nacional.

Vejam os Srs. que, mesmo sob a existência do AI-5, da lei antigreve, os trabalhadores de São Paulo estão fazendo greves. Mesmo sob o regime do 477 os estudantes, com justa indignação, se levantam contra isso. E o País está na perspectiva de abertura urgente porque a continuar este estado este País se levantarão, mas se levantarão de maneira extremamente violenta como jamais se concebeu. Ao longo destes anos se tem, pacientemente, aguardado a oportunidade de abertura porque ninguém concordou com este movimento de 1964, para que ele se tornasse um novo fulcro de manutenção do poder de uma minoria que nele deseja eternamente se perpetuar.

A greve dos universitários de Londrina, em que os estudantes estão com a solidariedade dos seus professores, homens maduros e notoriamente conhecidos por sua moderação, em que os estudantes estão ao lado de seus pais, de suas mães, nas ruas, reclamando a revogação desta ignomínia, que é a transplantação do 477 para o regimento interno, estes movimento de Londrina é uma advertência sobre a qual o País e esta Casa devem refletir. (Muito bem! Palmas.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 13, de 1978 (CN), que "autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça Federal de 1ª Instância o crédito especial de Cr\$ 3.838.000,00 para o fim que especifica".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 31 de MAIO DE 1978

Às dezenove horas do dia trinta e um de maio do ano de mil novecentos e setenta e oito, na Sala Clóvis Beviláqua, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 13, de 1978 (CN), que "Autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça Federal de 1ª Instância o crédito especial de Cr\$ 3.838.000,00 para o fim que especifica", presentes os Senhores Senadores Alexandre Costa, Cattete Pinheiro, Heitor Dias, Otto Lehmann, Ruy Santos, Osires Teixeira, Virgílio Távora, Wilson Gonçalves e Dirceu Cardoso e os Deputados Hélio Campos, Prisco Viana, José Bonifácio Neto e Walter Silva.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Evelásio Vieira e Cunha Lima e os Deputados Rafael Faraco, Homero Santos, Nosser Almeida, Antônio Gomes, José Maurício, Noide Cerqueira e Jorge Uequed.

Aberto os trabalhos, de acordo com o Regimento Comum assume a Presidência o Senhor Senador Wilson Gonçalves, que procede a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão e, convida o Senhor Deputado Walter Silva para funcionar como escrutinador. Comunica que a Comissão recebeu ofícios das Lideranças da ARENA do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, propondo as substituições dos Senhores Senadores Helvídio Nunes, Lourival Baptista e Saldanha Derzi e os Deputados Raimundo Parente e Arlindo Kunzler, respectivamente, pelos Senhores Senadores Heitor Dias, Otto Lehmann e Osires Teixeira e os Deputados Hélio Campos e Prisco Viana.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Presidente:

Deputado José Bonifácio Neto 12 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Nosser Almeida 13 votos.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Deputados José Bonifácio Neto e Nosser Almeida.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado José Bonifácio Neto agradece em seu nome e no do Deputado Nosser Almeida, a honra com que foram distinguidos, e designa o Senhor Senador Ruy Santos para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 54, de 1978-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.625, de 9 de maio de 1978, que "acrescenta parágrafo ao artigo 15 do Decreto-lei nº 1.493, de 7 de dezembro de 1976, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1978

Aos trinta dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e oito, às dezenove horas, na sala Clóvis Bevilacqua, presentes os Srs. Senadores Cattete Pinheiro, Italívio Coelho, Jarbas Passarinho, Otto Lehmann, Ruy Santos, Adalberto Sena e Deputados Daso Coimbra, João Gíbeto, Hildércio Oliveira, João Cunha, José Thomé e Octacílio Queiroz, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 54, de 1978-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.635, de 9 de maio de 1978, que "acrescenta parágrafo ao artigo 15 do Decreto-lei nº 1.493, de 7 de dezembro de 1976, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Helvídio Nunes, João Calmon, Renato Franco, Evelásio Vieira, Itamar Franco e Deputados Antônio Gomes, Célio Marques Fernandes, Nosser Almeida, Antônio Ferreira e Ernesto Valente.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Sr. Deputado Octacílio Queiroz, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Sr. Deputado Octacílio Queiroz convida o Sr. Senador Otto Lehmann para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Adalberto Sena 11 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Ruy Santos 10 votos
Senador Cattete Pinheiro 12 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senadores Adalberto Sena e Ruy Santos.

Assumindo a Presidência o Sr. Senador Adalberto Sena agradece em nome do Sr. Senador Ruy Santos e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Deputado Antônio Gomes para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Alfeu de Oliveira, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

MESA

| | |
|--------------------------------|------------------------------------|
| Presidente: | 3º-Secretário: |
| Petrônio Portella (ARENA — PI) | Henrique de La Rocque (ARENA — MA) |
| 1º-Vice-Presidente: | |
| José Lindoso (ARENA — AM) | |
| 2º-Vice-Presidente: | |
| Amaral Peixoto (MDB — RJ) | |
| 1º-Secretário: | Suplentes de Secretário: |
| Mendes Canale (ARENA — MT) | Altevir Leal (ARENA — AC) |
| 2º-Secretário: | Evandro Carreira (MDB — AM) |
| Mauro Benevides (MDB — CE) | Otaí Becker (ARENA — SC) |
| | Braga Junior (ARENA — AM) |

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvídio Nunes
José Sarney
Mattoz Leão
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Líder
Paulo Brossard
Vice-Líderes
Evelásio Vieira
Gilvan Rocha
Itamar Franco
Leite Chaves
Marcos Freire
Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otaí Becker

| Titulares | Suplentes |
|-----------------------|------------------------|
| ARENA | |
| 1. Otaí Becker | 1. Dinarte Mariz |
| 2. Benedito Ferreira | 2. Saldanha Derzi |
| 3. Itálvio Coelho | 3. Vilela de Magalhães |
| 4. Murilo Paraiso | |
| 5. Vasconcelos Torres | |
| MDB | |
| 1. Agenor Maria | 1. Adalberto Senna |
| 2. Roberto Saturnino | 2. Evelásio Vieira |

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carreira

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| ARENA | |
| 1. Heitor Dias 2. Jarbas Passarinho 3. Dinarte Mariz 4. Teotônio Vilela 5. Braga Junior | 1. Saldanha Derzi 2. José Sarney 3. Otaí Becker |
| MDB | |
| 1. Agenor Maria 2. Evandro Carreira | 1. Evelásio Vieira 2. Gilvan Rocha |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

| Titulares | Suplentes |
|--|--|
| ARENA | |
| 1. Accioly Filho 2. Gustavo Capanema 3. Daniel Krieger 4. Eurico Rezende 5. Heitor Dias 6. Helvídio Nunes 7. Wilson Gonçalves 8. Itálvio Coelho 9. Otto Lehmann 10. Osires Teixeira | 1. Vilela de Magalhães 2. Lenoir Vargas 3. Arnon de Mello 4. Vasconcelos Torres 5. Milton Cabral 6. José Sarney |
| MDB | |
| 1. Dirceu Cardoso 2. Leite Chaves 3. Nelson Carneiro 4. Paulo Brossard 5. Orestes Queríca | 1. Franco Montoro 2. Lazaro Barboza 3. Cunha Lima |

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

| Titulares | Suplentes |
|-----------|-----------|
| | ARENA |

1. Heitor Dias
 2. Murilo Paraíso
 3. Cattete Pinheiro
 4. Osires Teixeira
 5. Saldanha Derzi
 6. Wilson Gonçalves
 7. Virgílio Távora
 8. Alexandre Costa
1. Augusto Franco
 2. José Sarney
 3. Braga Junior
 4. Altevir Leal
 5. Luiz Cavalcante

MDB

1. Itamar Franco
 2. Lázaro Barboza
 3. Adalberto Sena
1. Evandro Carreira
 2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

| Titulares | Suplentes |
|-----------|-----------|
| | ARENA |

1. Milton Cabral
 2. Arnon de Mello
 3. José Guiomard
 4. Luiz Cavalcante
 5. Murilo Paraíso
 6. Vasconcelos Torres
 7. Dinarte Mariz
 8. Otair Becker
1. Cattete Pinheiro
 2. Augusto Franco
 3. José Sarney
 4. Domicio Gondim
 5. Jarbas Passarinho

MDB

1. Franco Montoro
 2. Marcos Freire
 3. Roberto Saturnino
1. Agenor Maria
 2. Orestes Quêrcia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelázio Vieira

| Titulares | Suplentes |
|-----------|-----------|
| | ARENA |

1. Tancredo Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

MDB

1. Evelázio Vieira
2. Itamar Franco
3. Adalberto Sena

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Domicio Gondim

| Titulares | Suplentes |
|-----------|-----------|
| | ARENA |

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Domicio Gondim
5. Helvídio Nunes
6. Lenoir Vargas
7. Vilela de Magalhães
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tancredo Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

MDB

1. Franco Montoro
2. Evelázio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Cunha Lima

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: ~~Orestes Queríco~~

Titulares

ARENA

1. Jessé Freire
2. Ruy Santos
3. Lenoir Vargas
4. Jarbas Passarinho
5. Lourival Baptista
6. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Queríco
3. Nelson Carneiro

Suplentes

1. Braga Junior
2. Virgílio Távora
3. Osires Teixeira
4. Domicio Gondim

1. Lázaro Barboza
2. Cunha Lima

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

ARENA

1. Milton Cabral
2. Domicio Gondim
3. Arnon de Mello
4. Luiz Cavalcante
5. Jarbas Passarinho

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

Suplentes

1. José Guiomard
2. Murilo Parajso
3. Virgílio Távora

1. Gilvan Rocha
2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvídio Nunes

Titulares

ARENA

1. Helvídio Nunes
2. Otto Lehmann
3. Saldanha Derzi

MDB

1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Arnon de Mello
3. Jarbas Passarinho

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares

ARENA

1. Magalhães Pinto
2. Alexandre Costa
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Saldanha Derzi
7. José Sarney
8. João Calmon
9. Augusta Franco
10. Otto Lehmann

MDB

1. Paulo Brossard
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Nelson Carneiro

1. Marcos Freire
2. Hugo Ramos
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares

ARENA

1. Altevir Leal
2. Ruy Santos
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Lourival Baptista

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Itálvio Coelho
3. Osires Teixeira

1. Benjamim Farah
2. Cunha Lima

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

1. José Guiomard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

ARENA

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah
1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Vilela de Magalhães

ARENA

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira
1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

1. Benjamim Farah
2. Hugo Ramos

ARENA

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Vilela de Magalhães
1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Téreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos
3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
4) Comissão Mista da Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1978**

| HORAS | TERÇA | S A L A S | ASSISTENTE | HORAS | QUINTA | S A L A S | ASSISTENTE |
|-------|--------|----------------------------------|---------------|-------|----------|----------------------------------|--------------|
| 10:00 | C.T. | RUY BARBOSA Ramais -621 e 716 | RONALDO | 09:00 | C.F. | CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623 | CÂNDIDO |
| | C.A.R. | CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623 | GUILHERME | 09:30 | C.S.P.C. | RUY BARBOSA Ramais -621 e 716 | SÔNIA |
| 10:30 | C.A. | CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623 | CLÁUDIO COSTA | 10:00 | C.E.C. | CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623 | SÔNIA |
| | C.R.E. | RUY BARBOSA Ramais -621 e 716 | CÂNDIDO | | C.D.P. | RUY BARBOSA Ramais -621 e 716 | RONALDO |
| HORAS | QUARTA | S A L A S | ASSISTENTE | 11:00 | C.L.S. | CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623 | LÉDA |
| 09:00 | C.S.N. | RUY BARBOSA Ramais -621 e 716 | LÉDA | | C.S. | RUY BARBOSA Ramais -621 e 716 | LÉDA |
| 10:00 | C.C.J. | CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623 | DANIEL | 12:00 | C.R. | CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623 | MARIA CARMÉM |
| | C.N.E. | RUY BARBOSA Ramais -621 e 716 | RONALDO | | | | |
| 10:30 | C.E. | RUY BARBOSA Ramais -621 e 716 | DANIEL | | | | |

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

— Emendas Constitucionais nºs 1 a 10. Atos Institucionais nºs 1 a 17.
Atos Complementares nºs 1 a 103. Leis Complementares nºs 1 a 29.

Edição de 1972 c/5 suplementos: I, de 1973; II, de 1974; III, de 1975; IV, de 1976; e V, de 1977.

LEGISLAÇÃO CITADA E ALTERADORA. SINOPSE.

**PREÇO:
Cr\$ 40,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

SOCIEDADES ANÔNIMAS

E MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Quadros comparativos anotados

Comparação, dispositivo por dispositivo, da Lei nº 6.404, de 15-12-76, ao Decreto-lei nº 2.627, de 26-9-40 — Sociedades por ações.

Confronto entre a Lei nº 6.385, de 7-12-76, que "dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários" e a legislação anterior que disciplinava o mercado de capitais — Lei nº 4.728, de 14-7-65.

Notas explicativas: histórico das alterações e legislação correlata.

Edição: julho de 1977



PREÇO:
Cr\$ 80,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

DIREITO FINANCEIRO

Lei nº 4.320/64. Diretrizes de interpretação. Regulamentação.

Plano de Contas Único dos Órgãos da Administração Direta.

2^a EDIÇÃO: JUNHO DE 1976.

PREÇO:
Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70000
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEIS ORGÂNICAS DOS MUNICÍPIOS

Textos atualizados em vigor das Leis Orgânicas Municipais dos Estados da Federação brasileira. Índices e notas.

EDIÇÃO: JULHO DE 1976

2 tomos

**PREÇO:
Cr\$ 100,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

**“Revista de Informação Legislativa” nº 38
452 páginas**

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00